



PRIMEIRO MINISTRO FAZ REMODELAÇÃO NO EXECUTIVO COM ENTRADA DE QUATRO NOVOS MEMBROS DO GOVERNO



Governo entrega Complexo Educativo construído de raiz à população de Chã de Matias (Ilha do Sal)



Cabo Verde e União Europeia reuniram-se em Bruxelas para a 13ª Reunião Ministerial



Cabo Verde entre as 10 Economias Africanas com maior PIB Per Capita em 2025...

E é segundo em África Subsahariana e o melhor na CPLP no Índice de Perceção da Corrupção 2023



NOVOS MEMBROS DO GOVERNO FORAM EMPOSSADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Foram empossados, no passado dia 7 de fevereiro, os novos membros do Governo que por Decreto Presidencial n.º 5/2025, haviam sido nomeados sob proposta do Primeiro Ministro, Dr. Ulisses Correia e Silva.

Governo



Vice-Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças e Ministro da Economia Digital – Dr. Olavo Correia; **Ministro das Comunidades** – Dr. José Filomeno Monteiro; **Ministro da Promoção de Investimentos e Fomento Empresarial e Ministro da Modernização do Estado e da Administração Pública** – Dr. Eurico Monteiro; **Ministro do Turismo e Transportes** – Dr. José Luís Sá Nogueira; **Ministro da Saúde** – Dr. Jorge Figueiredo; **Ministro das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação** – Eng.º Vítor Coutinho e Secretário de Estado das Finanças, Dr. Alcindo Mota, tomaram posse após a remodelação anunciada pelo Primeiro Ministro.

“Estes novos membros assumem pastas estratégicas, dando continuidade ao trabalho do Governo”, disse o Primeiro Ministro à imprensa, ainda na Presidência da República após a tomada de posse, acrescentando que

que “o essencial é manter um forte espírito de equipa, uma boa articulação entre os Ministros e um bom desempenho, para garantir a execução eficaz do nosso programa governamental, em benefício dos cabo-verdianos”.

Relativamente ao novo cargo a ser assumido pelo Vice-Primeiro Ministro, o Chefe do Executivo voltou a esclarecer que Olavo Correia vai, a partir de agora, reforçar a área do emprego e do crescimento económico, contribuindo com vários ministérios para alcançar esse objectivo.

Ulisses Correia e Silva aproveitou a ocasião para deixar uma palavra de apreço a todos os membros do Governo que cessam funções. “Trabalhámos juntos com dedicação, entrega e compromisso ao serviço de Cabo Verde, e este percurso conjunto é motivo de reconhecimento”, declarou.

Refira-se que com o Decreto Presidencial N.º 4/2025 de 6 de fevereiro, ficaram exonerados dos cargos Olavo Correia, Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial, assumindo agora apenas as pastas das Finanças e a da Economia Digital; Carlos Santos, que deixou o Ministério do Turismo e Transportes, depois de ter pedido demissão do cargo, Jorge Santos, como Ministro das Comunidades, ocupando agora, apenas o cargo de Ministro do Mar; Edna Oliveira, Filomena Gonçalves e Eunice Silva, Adalgiza Vaz e Eurídice Monteiro, que deixaram os cargos que vinham ocupando até então no Executivo.



GOVERNO REAFIRMA COMPROMISSO DE CABO VERDE COM A ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA E REDUZIR A POBREZA ABSOLUTA

O Primeiro Ministro, José Ulisses Correia e Silva, presidiu à abertura do Dia Internacional da Justiça Social, em São Vicente, destacando o compromisso do Governo com a proteção e inclusão social. Durante o evento, reconheceu o trabalho das instituições públicas, ONGs, Associações e Igrejas no combate à pobreza e exclusão social, e reforçou a importância da responsabilidade social das empresas. Reafirmou ainda a prioridade nacional de erradicar a pobreza extrema e reduzir a pobreza absoluta para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Governo



Ulisses Correia e Silva sublinhou que não é possível reduzir a pobreza e as desigualdades sem crescimento económico. Por isso, o Governo continua a trabalhar para diversificar a economia, gerar empregos e fortalecer as políticas sociais. O crescimento económico traz mais investimento, oportunidades de trabalho e recursos para políticas públicas que beneficiam a população.

Entre as medidas concretas já implementadas, o Primeiro Ministro citou o aumento do salário mínimo, o reforço do rendimento social de inclusão e a melhoria no acesso à educação, cuidados infantis e apoio habitacional. "O nosso objetivo é claro: garantir que ninguém fique para trás."

Continuaremos a reforçar o acesso à saúde, habitação digna e oportunidades económicas, promovendo autonomia, inclusão e justiça social", frisou.

Enfatizou ainda que a eliminação da pobreza extrema é um esforço nacional, envolvendo todas as ilhas, o Governo, câmaras municipais, empresas, ONGs, Associações, Igrejas e Famílias. "Não é no confronto que atingimos esse objetivo", concluiu.



ULISSES CORREIA E SILVA PRESIDE ABERTURA DE CONFERÊNCIA "SUPERVISÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL: EXPERIÊNCIAS PORTUGUESA E CABO-VERDIANA"

Governo



O Primeiro Ministro, José Ulisses Correia e Silva, presidiu à conferência "Supervisão da Política Orçamental: Experiências Portuguesa e Cabo-Verdiana", onde abordou as afinidades e convergências entre os dois países na supervisão da política orçamental e a importância da troca de experiências para a boa gestão das finanças públicas.

Durante a sua intervenção, Ulisses Correia e Silva destacou a relevância da cooperação entre Cabo Verde e Portugal, que tem sido dinâmica e produtiva, contribuindo para o aprimoramento das instituições e o intercâmbio de boas práticas. O Primeiro Ministro sublinhou que a boa gestão das finanças públicas impacta diretamente a vida das pessoas e das empresas, especialmente num momento em que Cabo Verde está a reduzir a dependência de donativos e a reforçar o financiamento através dos impostos.

Além disso, o Governante ressaltou a necessidade de uma comunicação clara e responsável para garantir que a sociedade compreenda adequadamente a importância da boa gestão dos recursos públicos, especialmente

durante o processo de transição do modelo financeiro do país.

Ulisses Correia e Silva também destacou que Cabo Verde se distingue internacionalmente pela sua democracia, estabilidade e boa governança. Para preservar e aprimorar esses valores, "é necessário garantir disciplina fiscal, gestão prudente da dívida pública, transparência e eficiência na despesa pública. O Conselho das Finanças Públicas tem um papel crucial nesse processo", afirmou.

O evento foi organizado pelo Conselho das Finanças Públicas de Cabo Verde, em parceria com o Conselho das Finanças Públicas de Portugal.



GOVERNO SAÚDA A REALIZAÇÃO DO 1.º CONGRESSO INTERNACIONAL DA UNIÃO DAS SOCIEDADES DE OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA DA CPLP EM CABO VERDE

O Primeiro Ministro, Ulisses Correia e Silva saudou a realização do 1.º Congresso Internacional da União das Sociedades de Obstetrícia e Ginecologia dos Países de Língua Portuguesa, agradecendo a escolha de Cabo Verde como anfitrião do evento. Durante o discurso, destacou o elevado valor da iniciativa, que reúne sociedades científicas dos países lusófonos, promovendo a saúde da mulher e facilitando a troca de experiências e boas práticas entre especialistas e profissionais de saúde.

Governo



O Chefe do Governo ressaltou os progressos significativos de Cabo Verde nos indicadores de saúde, como a redução da mortalidade materna e infantil, o aumento da cobertura de partos assistidos por profissionais qualificados e a certificação do país como livre de paludismo pela OMS. Também destacou a introdução da vacina contra o HPV no calendário nacional e a diminuição da prevalência do VIH e da transmissão vertical.

O Primeiro Ministro anunciou ainda que, em breve, o Governo irá aprovar uma iniciativa legislativa para permitir a participação do Instituto Nacional de Previdência Social nos encargos com o rastreio de doenças oncológicas, como câncer de mama, do útero e da próstata.

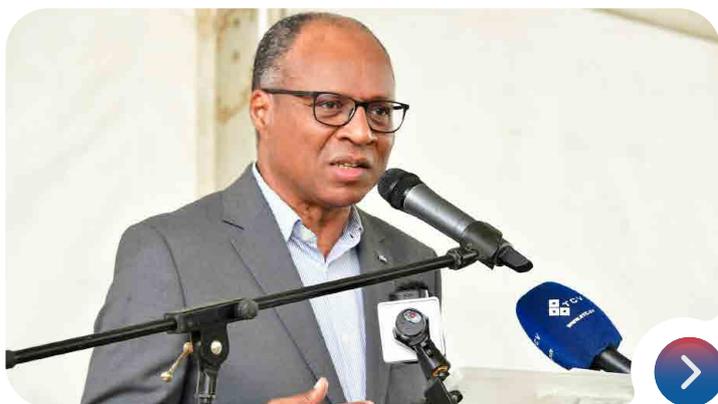
Destacando prevenção, a redução das assimetrias regionais no acesso à saúde e a melhoria contínua da qualidade dos serviços entre as principais prioridades do Governo.



GOVERNO ENTREGA COMPLEXO EDUCATIVO CONSTRUÍDO DE RAIZ À POPULAÇÃO DE CHÃ DE MATIAS (ILHA DO SAL)

O Primeiro Ministro, José Ulisses Correia e Silva, presidiu à inauguração do Complexo Educativo de Chã de Matias, na Ilha do Sal. Em sua intervenção, o Chefe do Governo destacou a importância da infraestrutura para o desenvolvimento da educação na região.

Gov



“Inaugurámos hoje, na Ilha do Sal, o Complexo Educativo de Chã de Matias, uma estrutura moderna, bem equipada e preparada para proporcionar um ambiente escolar de qualidade”, afirmou. O Primeiro Ministro ressaltou que a obra vai oferecer melhores condições para alunos, professores e funcionários, além de atender ao crescimento populacional da ilha e reforçar o compromisso do Governo com o desenvolvimento do setor educativo.

O Executivo tem avançado em diversas iniciativas no setor da educação. “Estamos a cumprir com a Ilha do Sal e o Programa do Governo, com a reforma curricular do 1º ao 12º ano, assegurando uma taxa de escolarização superior a 99% no ensino básico e próxima dos 70% no ensino secundário”, afirmou Ulisses Correia e Silva. Além disso, o Primeiro Ministro lembrou a implementação da gratuidade no ensino básico e secundário, o que tem aliviado os encargos das famílias.

A ação social escolar também tem sido reforçada, com subsídios para a aquisição de materiais e alimentação, medidas que contribuirão para a redução do abandono escolar. A taxa de cobertura no ensino pré-escolar subiu para 86,4%, com a meta de alcançar os 100%.

Ulisses Correia e Silva reafirmou, ainda, o compromisso do Governo com a valorização da carreira docente, destacando o Plano de Carreiras, Funções e Remunerações (PCFR), que proporcionou aumentos significativos nos salários dos professores com e sem licenciatura, além dos monitores do ensino pré-escolar. “O PCFR custa ao Estado 1,2 milhões de contos por ano”, afirmou. O Governo também está concluindo o processo de regularização dos pagamentos de professores e outros trabalhadores do Ministério da Educação contratados de forma precária.

Para evitar problemas futuros, o Chefe do Executivo mencionou que o Governo já aprovou, em Conselho de Ministros, uma iniciativa legislativa que será submetida ao Parlamento, com o objetivo de evitar atrasos nos pagamentos desses trabalhadores temporários. A medida visa, ainda, eliminar a precariedade laboral no setor da educação.



ULISSES CORREIA E SILVA PRESIDE À CERIMÓNIA DE EMPOSSAMENTO DO NOVO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ANAS

Governo



Na cerimónia de posse do novo Conselho de Administração da ANAS – Agência Nacional de Água e Saneamento, o Primeiro Ministro, Ulisses Correia e Silva, reafirmou o compromisso do Governo com a universalização do acesso à água potável e ao saneamento em Cabo Verde.

“A ANAS desempenha um papel fundamental na implementação de políticas de água e saneamento, na regulação técnica e supervisão dos serviços, garantindo a qualidade da água, um bem essencial para todos”, declarou.

O Primeiro Ministro destacou que o Governo tem metas claras para 2026, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. “Pretendemos atingir 100% de cobertura de água potável nas habitações, aumentar a quantidade de água disponível por família e reforçar a eficiência hídrica na produção e distribuição”, afirmou, destacando o esforço contínuo para garantir acesso à água de qualidade para todos os cabo-verdianos.

Ulisses Correia e Silva ressaltou ainda as políticas e investimentos estruturantes em curso, que visam melhorar o acesso e reduzir os custos, especialmente para as famílias mais vulneráveis. “Criámos a Tarifa Social de Água e Energia, garantindo um desconto de 50% para as famílias mais carenciadas, e reduzimos o IVA da água e eletricidade de 15% para 8%”, revelou. O chefe do Governo também mencionou os investimentos em tecnologias sustentáveis, como a dessalinização com energias renováveis, e na ampliação das redes de esgoto, com o objetivo de reduzir a dependência de fossas sépticas.

Apesar dos avanços, o governante não deixou de destacar os desafios, como a orografia do país e a crescente demanda de água, especialmente com o aumento do turismo, na ilha do Sal. “A eficiência hídrica é um ponto crucial, e estamos a trabalhar para sensibilizar a população sobre a importância de poupar e gerir melhor este recurso escasso e caro”, afirmou.

O Governo tem atuado com planeamento e capacidade de resposta para enfrentar os desafios emergentes. Ulisses Correia e Silva informou que foram investidos 605 mil contos em programas emergenciais, com o objetivo de reduzir os riscos de rutura no fornecimento de água nas cidades da Praia, Santa Catarina, Santa Cruz e São Miguel, além de 531 mil contos para as ilhas do Sal e São Vicente.

Por finda, o Ulisses Correia e Silva fez questão de reconhecer o trabalho realizado pela administração cessante da ANAS e expressou votos de sucesso à nova equipa. “A missão que têm pela frente é essencial para o desenvolvimento do país”, concluiu.

O novo conselho da ANAS passa a ser presidido por Marize Freitas Almeida Gominho, enquanto Hipólito Fortes Gonçalves e Surzi Paula Brito dos Reis assumem funções como novos administrativos executivos.



CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA REUNIRAM-SE PARA A 13.ª REUNIÃO MINISTERIAL

Cabo Verde e a União Europeia realizaram, em Bruxelas, a 13.ª Reunião de Diálogo Político a nível Ministerial, copresidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional, José Filomeno Monteiro, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino da Bélgica, Bernard Quintin, em nome da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Ministério dos Negócios Estrangeiros,
Cooperação e Integração Regional



O encontro teve como objetivo avaliar a implementação da Parceria Especial entre as partes, desde a última reunião de 2023, e discutir questões de paz e segurança na África Ocidental, com ênfase no apoio a organizações multilaterais como a CEDEAO.

A reunião também destacou o progresso das relações bilaterais, especialmente em áreas como Economia Azul, Transição Energética e Digital, com base na iniciativa Global Gateway da União Europeia. Cabo Verde sublinhou a importância das relações econômicas com a União Europeia, particularmente nos setores de pescas, segurança marítima e mudanças climáticas, e propôs novas ambições para a Parceria, incluindo Defesa, Segurança, Comércio e Mobilidade.



CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICO – MOTORA “ATLAS” INAUGURADO NA ILHA DO SAL PELO MINISTRO FERNANDO ELÍSIO FREIRE

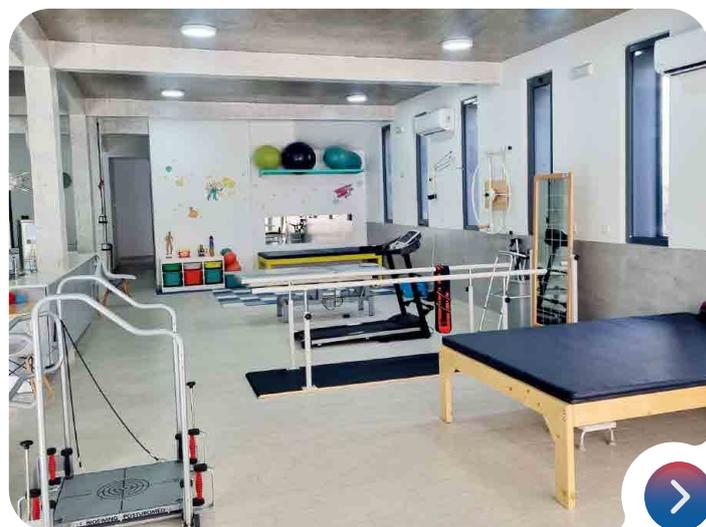
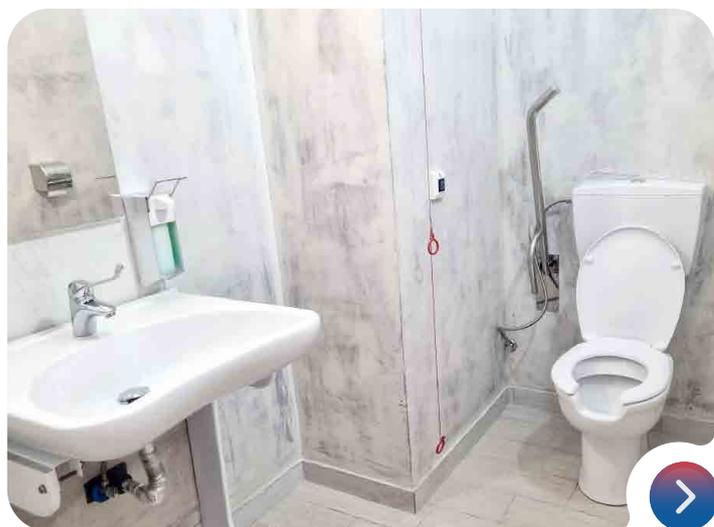
Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social



O Ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, Fernando Elísio Freire, presidiu, à inauguração do Centro de Reabilitação Físico-Motora ATLAS, na ilha do Sal. Uma iniciativa privada, que segundo o Ministro representa um passo essencial para o fortalecimento do sistema de saúde na Ilha, sublinhando que a reabilitação físico-motora deve ser tratada com a mesma prioridade que outras áreas fundamentais na vida das pessoas. Fernando Elísio Freire destacou a importância de um alinhamento entre investimentos públicos, privados e o sistema de previdência social para garantir um serviço de saúde mais robusto, reafirmando o compromisso do Governo em reforçar os cuidados de saúde preventivos e reabilitação físico-motora em Cabo Verde.

“Para darmos o próximo passo na prevenção e reabilitação, é essencial estarmos todos alinhados. Este empreendimento privado é um excelente exemplo da qualidade de serviço que podemos oferecer, mas também é necessário que o sistema de previdência social acompanhe essa evolução, cobrindo todo o processo, desde a prevenção até à reabilitação”, afirmou o Ministro.

Neste contexto, o Governante avançou que o Estado está a trabalhar no reforço da comparticipação para exames de despiste e tratamentos de reabilitação, no sentido de ter um alinhamento entre os investimentos públicos, privados e previdência social para que o sistema funcione melhor e com mais eficiência.



MINISTRO DA AGRICULTURA E EMBAIXADOR DE LUXEMBURGO VISITAM PROJETO DE DESSALINIZAÇÃO DA ÁGUA NA ILHA BRAVA

O Ministro da Agricultura e Ambiente, Gilberto Silva, e o Embaixador residente do Grão-Ducado do Luxemburgo em Cabo Verde, Jean-Marie Frentz, estiveram na ilha Brava, para acompanhar de perto os projetos financiados pela Cooperação Luxemburguesa e conhecer o funcionamento das estruturas do Ministério da Agricultura e Ambiente na ilha.

Ministério da Agricultura e Ambiente



A agenda incluiu uma visita de cortesia ao Presidente da Câmara Municipal da Brava, Amândio Brito, devido à relação institucional entre o Governo e os Municípios. O objetivo foi discutir as preocupações, os programas e os projetos em andamento, além de encontrar formas de fortalecer essa colaboração.

Durante a visita, um dos destaques foi o projeto de dessalinização de água para o abastecimento, um investimento de 7 milhões de euros, incluindo a estrada que dá acesso à zona de dessalinização, que promete mudar a realidade da ilha. Com uma capacidade de produção de 500 toneladas de água por dia, utilizando energia solar, o projeto garantirá o abastecimento contínuo de água potável para a população da ilha Brava.

OBRAS DO PROJETO DE MOBILIZAÇÃO DE ÁGUA PARA A AGRICULTURA EM GABOEZA (ILHA DE SANTO ANTÃO) SEGUEM A BOM RITMO



Os trabalhos de perfuração para a prospecção de água subterrânea já estão avançados, bem como as obras de terraplenagem dos terrenos.

Os dois furos previstos no âmbito do projeto já foram executados, estando neste momento a iniciar o processo de entubação para os ensaios de bombagem. Deverá chegar na próxima semana uma equipa de topógrafos para o processo de loteamento dos terrenos.

O projeto de mobilização de água para a agricultura em Gamboeza, Porto Novo, representa um investimento de mais de 600 mil contos e prevê a mobilização, através de dessalinização de água salobra, de 1.200 metros cúbicos de água por dia para irrigação de aproximadamente 110 hectares de terrenos.

Este projeto, lançado pelo Governo em setembro, do ano passado pelo Governo e deverá ficar concluído ainda no decurso de 2025.

NOVO CENTRO DE DIA REFORÇA APOIO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE ACHADA GRANDE TRÁS

O Ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, Fernando Elísio Freire, inaugurou, o Centro de Dia de Achada Grande Trás, na cidade da Praia. Um espaço dedicado ao acolhimento e apoio a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social



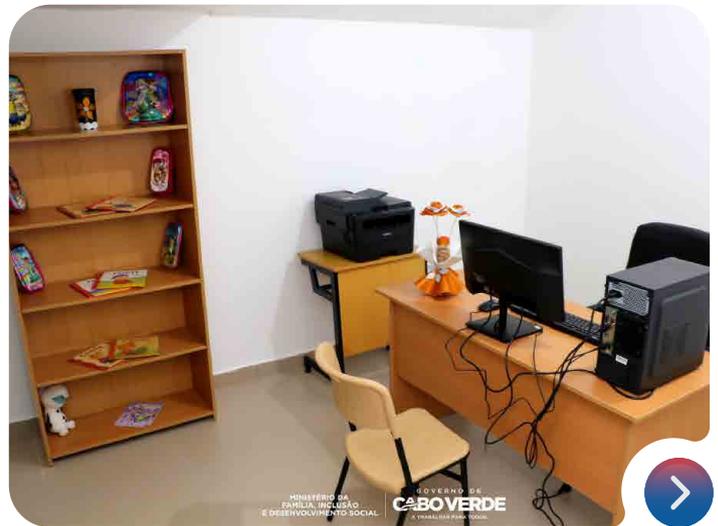
Financiado pelo Fundo MAIS, este novo espaço integra a rede de Centros de Dia já existente no país, que inclui unidades na ilha da Boa Vista, dois em São Vicente, um na ilha do Sal e dois na cidade da Praia, em São Pedro Latada e Achada Santo António.

Os Centros de Dia têm como principal objetivo garantir um ambiente seguro e estruturado para crianças e adolescentes, promovendo o seu desenvolvimento pessoal e social, bem como fortalecendo o apoio às suas famílias. O espaço destina-se ao acolhimento de menores no período oposto ao das aulas, proporcionando atividades recreativas e educativas supervisionadas por técnicos especializados.

Na sua intervenção, o Ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, Fernando Elísio Freire, disse que este Centro do Dia é mais uma aposta do Governo e vai ao encontro àquilo que é a pretensão do Executivo em aumentar a proteção das crianças e adolescentes.

“O principal objetivo deste espaço é aumentar o nível de respostas às crianças que ficam em casa, no horário contrário à escola, ou quando não estão com as famílias, no sentido de terem um espaço seguro para ficarem,” firmou o Ministro.





GOVERNO VAI PEDIR AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA AO PARLAMENTO PARA ALTERAR NORMAS SOBRE ARBITRAGEM SUCESSÓRIA

Governo



O Executivo vai pedir ao Parlamento, uma autorização legislativa ao para alterar normas sobre arbitragem sucessória. Esta é uma das decisões da reunião do Conselho de Ministros. Em conferência de imprensa de balanço, proferida na Cidade da Praia, na qualidade de porta-voz, a Ministra Joana Rosa explicou que a proposta prevê que esses processos sejam resolvidos pelo Centro Nacional de Mediação e Arbitragem, evitando sobrecarregar os tribunais.

“O objetivo é combater a morosidade e encaminhar os processos de inventário e partilha para a arbitragem obrigatória”, afirmou a Ministra da Justiça.

“Esta alteração visa o combate à morosidade processual implementando vários eixos do Programa do Governo, mas também o próprio plano de redução das pendências nos tribunais”, sublinhou a governante.

Além disso, Joana Rosa afirmou que morosidade processual e pendências, têm sido um problema e que existem processos que datam cerca de meio século de vida, pendentes nos tribunais.

Joana Rosa afirma que para além do combate à morosidade processual e pendências, o que se encontra subjacente à esta medida é aquilo que se tem notado na sociedade cabo-verdiana “que é a morte do autor da herança que tem se constituído um pesadelo e criando situações para conflitos familiares e também com prejuízo para o próprio Estado”.



CABO VERDE É SEGUNDO EM ÁFRICA SUBSAHARIANA E O MELHOR NA CPLP NO ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO 2023

Cabo Verde ocupa o lugar 31 num total de 180 países avaliados pela Transparência Internacional.

Este posicionamento no ranking internacional é importante para a reputação e a confiança no país.

CABO VERDE ENTRE AS 10 ECONOMIAS AFRICANAS COM MAIOR PIB PER CAPITA EM 2025

Com um aumento superior a 80% em relação a 2016, quando o PIB era 3.145 dólares por habitante, de acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), Cabo Verde figura entre os dez países africanos com o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2025, com um valor estimado de 5.710 dólares por habitante. O arquipélago ocupa assim a 9ª posição, evidenciando a resiliência da economia cabo-verdiana num contexto africano desafiador.

Cabo Verde bem posicionado no Índice de Perceção da Corrupção (IPC) de 2024

 31º lugar entre 180 países

 2º melhor em África Subsaariana

 1º na CPLP

CABO VERDE - LUXEMBURGO: ESTE MEMORANDO PERSPETIVA “O REFORÇO DAS CAPACIDADES DE DEFESA” - JANINE LÉLIS

Ministério da
Defesa Nacional



O Memorando de Entendimento entre Cabo Verde e o Grão-Ducado do Luxemburgo em matéria de defesa e segurança marítima foi assinado, em Bruxelas, pela Ministra de Estado e da Defesa Nacional, Janine Lélis, e pela sua homóloga, a Ministra da Defesa do Grão-Ducado do Luxemburgo, Yuriko Backes.

Este memorando perspetiva “o reforço das capacidades de defesa, incluindo a formação e assistência técnica, a questão da ciberdefesa” e o que já vinha sendo tratado, “que é o intercâmbio de informações, mais especificamente, no domínio das imagens de satélites”, que o Luxemburgo vai partilhar com Cabo Verde.

Trata-se de algo importante que irá permitir ao país “utilizar essas imagens no quadro da nossa segurança marítima”, aportando “outros níveis e outras margens de atuação”, reforçou a Ministra de Estado e da Defesa Nacional.

A Ministra Janine Lélis realçou, igualmente, a cooperação entre Cabo Verde e Luxemburgo, que tem sido “muito boa”, uma vez que, na primeira fase, permitiu a modernização do Centro de Operações de Segurança Marítima (COSMAR), com um investimento forte a nível dos equipamentos de monitorização e tratamento dos dados e informações a nível da segurança marítima.

Para esta nova fase, aguarda-se a confirmação dos valores disponibilizados para continuar com aquilo que se mostra necessário para garantir o funcionamento do COSMAR.



RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO VAI TER O MAIOR PARQUE SOLAR FOTOVOLTAICO DO PAÍS

O Ministro da Indústria, Comércio e Energia, Alexandre Monteiro, presidiu à cerimónia de assinatura de contrato para a construção de uma Central Solar Fotovoltaica de 10 MW, no município da Ribeira Grande de Santiago.

Ministério da Indústria,
Comércio e Energia



Na ocasião o Ministro afirmou que “este será o maior parque solar fotovoltaico em termos de capacidade que será instalada no país, representando cerca de 8% do volume de energia produzida na ilha de Santiago e contribuirá para reduzir o custo de energia”.

Este projeto orçado em cerca de cerca de 1 milhão de contos, trará benefícios económicos para o sector energético do país e poderá representar uma poupança a volta de 5 mil toneladas na importação de combustíveis fósseis.

O Ministro Alexandre Monteiro avançou ainda que este projeto e outros em curso que estão a ser instalados em todas as ilhas permitirão que, até 2030 mais de 50% de eletricidade seja produzida a partir do sol e do vento.

“Este projeto será associado ao repowering da Central do Palmarejo cuja a sua capacidade existente será duplicada e pela expansão da Cabeólica que está também em curso. A Central da ilha do Sal já está em funcionamento, na ilha de São Vicente nos próximos meses a central deverá também entrar em operação. Em todas as ilhas de Santo Antão a Brava teremos projetos de instalação de parques para entrar em funcionamento ainda este ano”.

O início das obras para construção da Central Solar Fotovoltaica da Ribeira Grande está previsto para o mês de maio.

APROVADA EM SEDE DE COMISSÃO ESPECIALIZADA A PROPOSTA DE LEI QUE IRÁ REDUZIR O CUSTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM CABO VERDE



A proposta de Lei que cria a renda especial como contrapartida do direito de utilização e que define a forma de pagamento dos custos da iluminação pública, foi aprovada, em sede das 1ª e 3ª Comissões Especializadas, na Assembleia Nacional.

Na apresentação do diploma, o Ministro da Indústria Comércio e Energia, Alexandre Monteiro defendeu que essa Lei é vantajosa porque “irá permitir reduzir o custo da fatura energética para os consumidores. A taxa de iluminação pública que, atualmente se paga para contribuir para o custeio de iluminação publica, deixará de existir. Com a entrada em vigor desta lei será o município a assumir esses custos”.

O Ministro esclareceu ainda que, essa renda será paga de forma harmonizada a nível nacional e simultaneamente, esta proposta de lei compromete aos municípios a pagar a iluminação pública com receita adveniente da utilização do seu território municipal.

FERNANDO ELÍSIO FREIRE REAFIRMA COMPROMISSO DO GOVERNO NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO

Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social

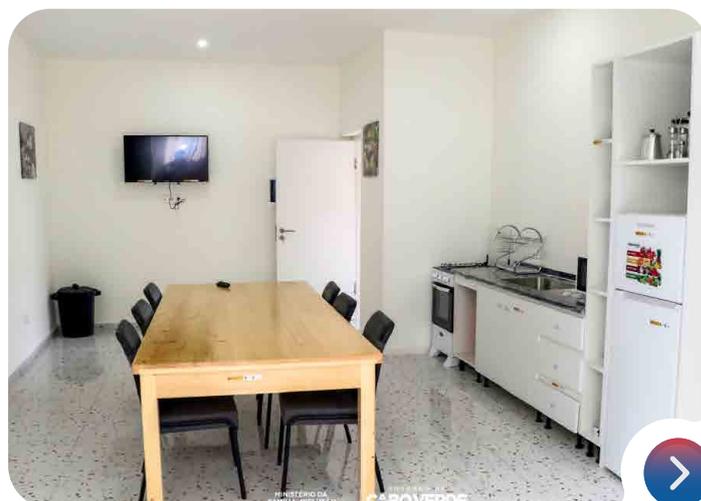


O Ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, Fernando Elísio Freire, reafirmou, o compromisso do Governo na luta contra a violência baseada no gênero, durante a inauguração da Casa de Acolhimento para Vítimas de Violência Baseada no Gênero, no concelho de Santa Cruz.

Na sua intervenção, o Ministro afirmou que o Governo de Cabo Verde está determinado a eliminar a violência baseada no gênero e a garantir a proteção das vítimas, sublinhando que a estratégia do país não se limita a medidas punitivas, mas inclui um forte componente preventivo, apostando na sensibilização e na educação para reduzir a incidência da violência.

Por isso, o Governo tem reforçado a criação de centros de acolhimento e atendimento para vítimas em todo o país, permitindo não só acolher, mas também orientar e capacitar as mulheres para uma vida independente.

“A violência contra as mulheres é um crime e um atentado à dignidade humana. Um único caso de violência representa uma tragédia, um direito violado e um sonho interrompido. Cabo Verde quer um número zero de casos de violência contra mulheres e, para isso, tem implementado diversas medidas, incluindo a criação do Fundo de Apoio à Vítima, que proporciona autonomia e suporte às mulheres afetadas por esta realidade”, afirmou o Ministro.





ESCLARECIMENTOS SOBRE O ACORDO DE PESCA ENTRE CABO VERDE E A UNIÃO EUROPEIA

No contexto das discussões sobre o Acordo de Pesca entre Cabo Verde e a União Europeia, o Diretor Nacional de Pesca e Aquacultura ressalta a relevância estratégica da parceria, destacando seus benefícios recíprocos. O acordo não só impulsiona a cooperação entre as partes, como também fortalece os vínculos institucionais e diplomáticos entre Cabo Verde e a União Europeia.

O Acordo está dentro dos parâmetros aceitável de equilíbrio, e comparável com os acordos semelhantes que a UE mantém com países como as Seychelles, com um montante anual de 2.500.000 euros pelo acesso à zona de pesca das Seicheles, equivalente a uma tonelagem de referência de 50.000 toneladas por ano.

O rácio de contrapartida financeira pelo acesso aos recursos/tonelagem de referência para as espécies de tunídeos do Atlântico e no oceano Índico onde a UE tem maior presença é igual. Já a contrapartida para o apoio setorial é que pode sofrer variações, todas estas informações dos acordos da UE são acessíveis a todos através do seu site na Internet.

Assim, após alguma desinformação e opiniões reiteradas em vários órgãos de comunicação social e rede sociais, a DNPA vem por este meio fazer os seguintes esclarecimentos a respeito do recente Acordo de Pesca.

Antes de qualquer análise precipitada, é fundamental adotar uma abordagem baseada em fatos, desmistificando informações imprecisas ou tendenciosas que possam comprometer a reputação de Cabo Verde e da União Europeia. O compromisso com a sustentabilidade e o equilíbrio na exploração dos recursos pesqueiros internacionais, como os tunídeos migratórios, permanece uma prioridade, pautada por princípios de responsabilidade e gestão eficaz.

A nossa disponibilidade de tunídeos é da ordem das 30 mil toneladas, segundo dados científicos da ICCAT, organismo internacional que faz a gestão do atum e distribui respetivas quotas por países do atlântico.

Face à polémica levantada e desinformação, a DNPA está disposta a dar todo o esclarecimento sobre este tema e lança também o desafio aos críticos e aos órgãos de comunicação social a consultarem em detalhes os dados disponíveis e acessível online dos diferentes acordos de pesca semelhantes e comparáveis à de Cabo Verde para os tunídeos. O processo é transparente e toda a informação vai ser publicada também no Boletim Oficial e replicada nos órgãos de informação a nível nacional.

Uma coisa é não estar de acordo e é legítimo, mas outra coisa é fazer uma análise serena e desapaixonada dos acordos da União Europeia na zona, na sub-região e mesmo no índico onde temos a informação: vejam, por exemplo, o acordo de pesca da UE com a Gâmbia, Senegal, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Comores e Madagáscar, para recursos de tunídeos é perfeitamente comparável o rácio tonelagem de referência, versus contrapartida financeira.

Um dado curioso é que, se o Acordo é assim mau para os países terceiros, por que há uma adesão aos acordos da União Europeia com os países ribeirinhos dos oceanos atlântico e índico?

Cabo Verde ficar fora do acordo seria uma estratégia errada moralmente se considerarmos o nível de relação de cooperação e de amizade histórica de Cabo Verde com a União Europeia, um parceiro estratégico e amigo de Cabo Verde em todo o seu processo de desenvolvimentos, nas mais variadas áreas de interesses.

Naturalmente Cabo Verde gostaria de fechar um Acordo com uma contrapartida financeira maior, mas este foi o acordo possível e de equilíbrio: não é uma imposição da União Europeia, não é também uma venda direta de produtos no mercado de consumo entre o vendedor comprador. Por isso que é um Acordo.

A frota da União Europeia está autorizada a operar além das 12 e das 18 milhas em função das artes de pesca, no respeito da legislação internacional das Nações Unidas e no cumprimento das recomendações da ICCAT, cláusulas de compromisso assumido no presente acordo de pescas.

O nosso serviço de vigilância da COSMAR tem o acesso de entradas e saídas de todas as embarcações de pesca na nossa ZEE. Estamos conscientes de que sim há que melhorar e sofisticar os meios de fiscalização e há esforços neste sentido.

Ainda, há espaço e há recurso para que a frota nacional modernizada e com melhores meios e suporte logístico em terra também passe a operar ao lado das outras frotas e beneficiar também dos recursos de tunídeos.

A modernização da frota nacional para uma vertente da industrialização é sim, necessário e urgente, mas tem que ser com a forte participação do setor privado, e com incentivo e mais medidas de políticas públicas para dar melhores garantias numa ótica de sustentabilidade para os projetos com viabilidade técnica e financeira em condições de ser suportadas.

Quanto ao processo do Acordo de Pesca, a DNPA felicita as equipas técnicas de negociação de Cabo Verde e da UE que estiveram ao longo de meses a trabalhar e conduzir de forma competente e comprometida no processo negocial, nos seus aspetos técnicos, jurídicos e de economia de pesca.

Assim, a DNPA considera que:

- Estamos perante um Acordo reciprocamente vantajoso tanto para a União Europeia como para Cabo Verde;
- É um Acordo que consolida e reforça a parceria e a amizade entre a União Europeia e Cabo Verde, numa perspetiva de continuidade através de uma exploração e uso sustentável dos recursos das pescas;
- Temos um acordo alinhado com as diretrizes da ICCAT entidade que gere a conservação dos atuns no Atlântico, e que, portanto, fortalece a credibilidade e a transparência de Cabo Verde na governança pesqueira, garantindo que a exploração dos recursos siga padrões científicos e técnicos reconhecidos internacionalmente.
- O respeito às normas internacionais reforça a posição de Cabo Verde como parceiro confiável da UE, facilitando investimentos e acesso preferencial a mercados internacionais para produtos da pesca.
- Além de que a participação no acordo dentro desses parâmetros, garante maior supervisão das atividades pesqueiras, promovendo boas práticas e combatendo a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.
- Um Acordo que reforça a parceria e colaboração mútua no combate às pescas
- Um Acordo que vai reforçar a capacidade de governança e gestão, da fiscalização, da formação e capacitação e que apoia as comunidades piscatórias locais em infraestruturas, cadeia de valor e projetos ligados à economia azul (sublinha-se que o Fundo Autónomo das Pescas é alimentado com a contrapartida dos Acordos de Pescas);

Alguns dados e notas importantes do novo Acordo de Pesca com a UE!

Ao montante de 3.900.000 de euros, deve-se somar ainda o valor adicional das taxas de licenças dos armadores em função do número de licenças solicitadas à administração das pescas de Cabo Verde.

Além do valor da contrapartida, os armadores europeus pagam as taxas para cada licença de pesca assim discriminada:

- Para uma licença de um cercador a taxa é de 6.800 euros para um total de 85 toneladas;
- Para uma licença de um Palangreiro a taxa é de 3.900 euros para um total de 72 toneladas;
- Para uma licença de um Caneiro a taxa é de 1.500 euros para um total de 20 toneladas;

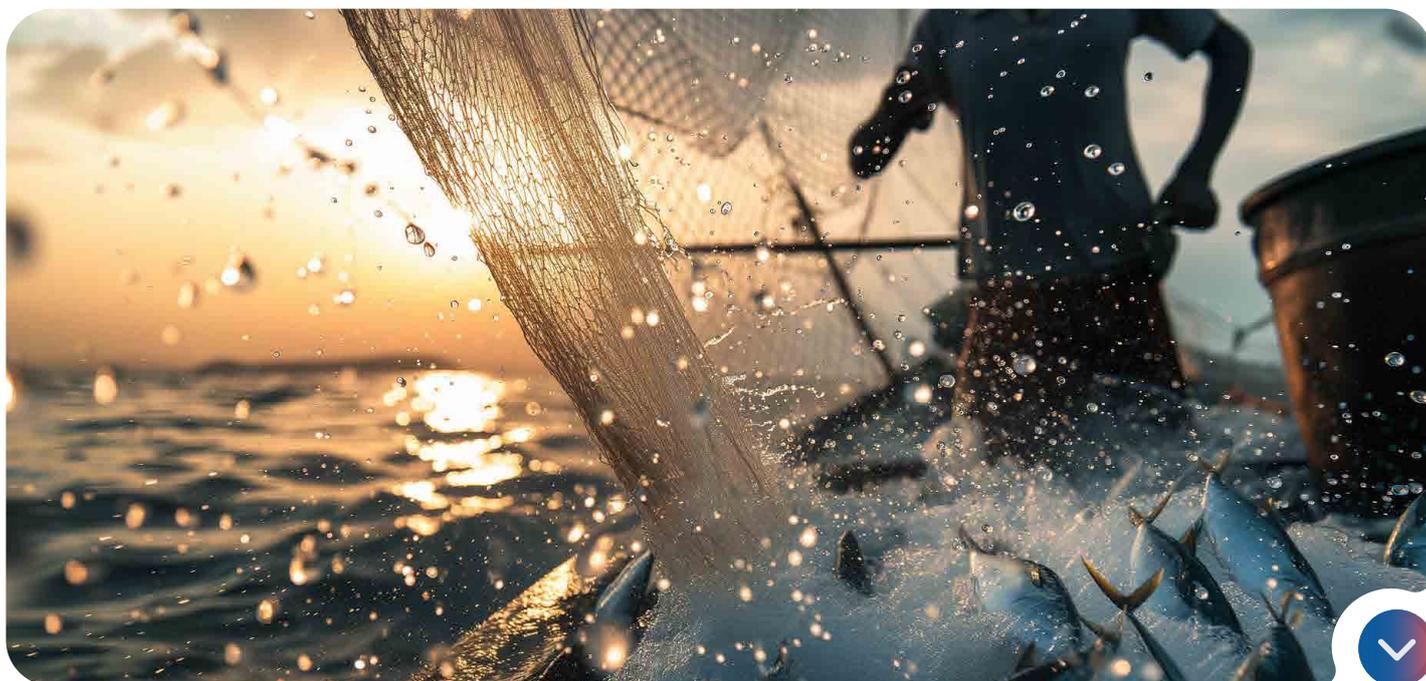
- O novo Acordo tem a tonelagem de Referência em 7.000 (ton), uma redução de 1.000 toneladas (menos 13%) que o anterior, a pedido da própria UE;
- O novo Acordo tem uma redução do esforço de pesca de 19%;
- O novo Acordo tem uma redução de 5 Palangreiros (menos impacto sobre o recurso tubarão);
- O novo Acordo reduz de 30% (2.400 ton) para 20% (1.400 ton) a margem tolerância de tubarão com relação à tonelagem de referência;
- O embarque de marinheiros cabo-verdianos (embarcação de Cerco 6 marinheiros; Palangreiro 5 marinheiros; Caneiro, 2 marinheiros) é feito observando as condições e os parâmetros laboral da OIT;
- A zona de pesca autorizadas é além das 12 milhas náuticas, para salvaguardar o interesse da frota nacional;
- Para uma licença de um cercador, a taxa é de 6.800 euros para um total de 85 toneladas;
- Ao longo dos anos, a taxa de utilização das disponibilidades que Cabo Verde oferece à UE é utilizada apenas a um 53 e 55%, o que significa que a captura tem sido abaixo da tonelagem de referência, na ordem das 2.800 a 3.000 toneladas.

Através desta parceria, a UE contribuirá também para:

- Aposta na cooperação e Capacitação científica;
- Observação e gestão do ambiente marinho e das áreas marinhas protegidas;
- Garantir a gestão sustentável da pesca;
- O Fundo Autónomo das Pescas, FAP, é grandemente alimentado com receitas da contrapartida;
- A fiscalização recebe fundos através da contrapartida dos Acordos de Pesca;
- O Acordo é transparente e todos os detalhes e pormenores estão disponíveis online e em formato PDF e nos sites da UE; https://oceans-and-fisheries.ec.europa.eu/fisheries/international-agreements/sustainable-fisheries-partnership-agreements-sfpas_en
- E vai estar disponível no BO de Cabo Verde;

Para mais informação e detalhes sobre a transparência dos Acordos de Pescas da União Europeia com países terceiros, a DNPA recomenda a todos os interessados nesta matéria que consultem o site da União Europeia na Internet.

Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MARE), Publications Office of the EU, <https://op.europa.eu/web/organization/organization>





MINISTRO CARLOS MONTEIRO INSTA UFOA-A A ADVOCACIA PELO FINANCIAMENTO DO FUTEBOL NA SUB-REGIÃO



A cidade da Praia acolheu a reunião do Comité Executivo da União das Federações Oeste-Africanas (UFOA-A), que contou com a participação dos presidentes das federações de futebol de Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Mauritânia, Senegal e Serra Leoa.

A cerimónia de abertura foi presidida pelo Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto, Carlos do Canto Monteiro, que destacou a relevância desta organização no fortalecimento do futebol na região. No seu discurso, o governante apelou a que a UFOA-A desempenhe um papel ativo na advocacia por um ecossistema de financiamento do futebol mais robusto, tanto no plano continental como no quadro da FIFA e das instâncias internacionais.

MINISTRO VÍTOR COUTINHO REUNIU-SE COM ACEC E REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS PARA DISCUTIR DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM CABO VERDE



Ministro das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, Eng.º Vítor Coutinho, reuniu-se com a Associação Cabo-Verdiana de Empresas de Construção (ACEC) e representantes institucionais para debater os desafios e soluções para o setor da construção civil em Cabo Verde.

Durante o encontro, o Ministro Vítor Coutinho destacou a importância das empresas de construção como parceiras estratégicas no desenvolvimento do país. “Os empreiteiros, para além da relação contratual, são também parceiros do processo de desenvolvimento de Cabo Verde. São eles que constroem as infraestruturas essenciais, desde edifícios até grandes estradas”, afirmou.

MINISTRO JORGE FIGUEIREDO REALIZOU REUNIÃO TÉCNICA COM A DIREÇÃO NACIONAL DE SAÚDE PARA INTEIRAR PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA E DEFINIR PRIORIDADES PARA 2025



O Ministro Jorge Figueiredo deu atenção aos programas de saúde pública da Direção Nacional de Saúde (DNS), no primeiro de um ciclo de encontros, que visam, partilhar e discutir o ponto de situação de cada programa, os ganhos, desafios e as principais prioridades para 2025.

O encontro foi importante para fomentar articulações e sinergias entre os programas, visando a mobilização de recursos e o aumento dos impactos nos indicadores de saúde. Também serviu para refletir sobre o reforço das capacidades de resposta dos programas, especialmente no que diz respeito à formação, capacitação e recursos humanos.

Participaram do encontro, além da Diretora Nacional de Saúde, Ângela Gomes, 17 coordenadores dos programas da DNS e diretores de serviços.

“PRETENDEMOS CRIAR UM AMBIENTE DE NEGÓCIOS MAIS ATRATIVO, OTIMIZANDO-O NO LIMITE DA SUA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, SOCIAL E AMBIENTAL” – MINISTRO EURICO MONTEIRO



O Ministro da Promoção de Investimentos e Fomento Empresarial (MPIFE), Eurico Monteiro, garantiu, durante a inauguração da nova agência do Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN), em Sucupira, que “o Governo de Cabo Verde está a apostar na criação de um ambiente de negócios que seja ainda mais atrativo, otimizando-o no limite da sua sustentabilidade financeira, social e ambiental”.

Eurico Monteiro começou por felicitar os promotores por mais esta iniciativa, de alargamento da sua rede de serviço, contribuindo para maior proximidade e acessibilidade aos serviços financeiros, mas, sobretudo, pela criação do Banco, um banco privado com capital 100% nacional, “pela ousadia em correr esse risco, num ambiente – e até se pode dizer numa cultura – de dezenas de anos, de bancos de capitais

públicos com um grande predomínio no mercado, deixando pouco espaço para iniciativas empresariais privadas”.

MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS REUNIU-SE COM A ORDEM DOS ENGENHEIROS DE CABO VERDE



O Ministro das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, Eng.º Vítor Coutinho, realizou um encontro com a Ordem dos Engenheiros de Cabo Verde, marcando a sua primeira aparição pública no cargo. O encontro faz parte de uma agenda de visitas a parceiros estratégicos do setor, incluindo engenheiros, arquitetos e empresas de construção civil.

Durante a reunião, o Ministro destacou a importância da colaboração entre o Governo e os profissionais do setor para o desenvolvimento sustentável das infraestruturas em Cabo Verde. Enfatizou a necessidade de apostar na qualidade, resiliência e sustentabilidade das construções, especialmente perante os desafios das mudanças climáticas.

GOVERNO VAI PEDIR AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA AO PARLAMENTO PARA ALTERAR NORMAS SOBRE ARBITRAGEM SUCESSÓRIA



O Executivo vai pedir ao Parlamento, uma autorização Legislativa ao para alterar normas sobre arbitragem sucessória. Esta é uma das decisões da reunião do Conselho de Ministros.

conferência de imprensa de balanço, proferida na Cidade da Praia, na qualidade de porta-voz, a Ministra Joana Rosa explicou que a proposta prevê que esses processos sejam resolvidos pelo Centro Nacional de Mediação e Arbitragem, evitando sobrecarregar os tribunais.

“O objetivo é combater a morosidade e encaminhar os processos de inventário e partilha para a arbitragem obrigatória”, afirmou a Ministra da Justiça.



PROJETO SUNRISE LANÇADO OFICIALMENTE CABO VERDE



Teve lugar na cidade da Praia, o lançamento oficial do projeto SunRise – Cabo Verde. Trata-se de uma iniciativa científica internacional que visa avaliar a atividade física, os comportamentos sedentários e os padrões de sono em crianças na primeira infância.

O evento foi presidido pelo Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e o Desporto, Carlos Monteiro, que destacou a importância da recolha de dados científicos fiáveis para a melhoria das políticas públicas nos sectores da saúde, educação e desporto.

“Vamos dispor de dados científicos e fidedignos para o aprimoramento das políticas públicas nestas áreas. Quando abordamos os hábitos de vida das crianças em tenra idade, estamos a falar

de fatores que influenciarão os adolescentes e jovens do futuro. O investimento mais acertado na saúde é aquele que se faz na prevenção.”, afirmou o governante.

SOCIALIZADO O ANTEPROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA DO TARRAFAL DE SÃO NICOLAU



Decorreu no Centro Cultural Paulino Vieira, a sessão de socialização do Anteprojecto de Requalificação da Orla Marítima do Tarrafal de São Nicolau, parte integrante do “Projeto Melhoria da Conetividade e das Infraestruturas Urbanas (PMCIU)”, empréstimo conseguido junto do Banco Mundial. O projeto busca tornar a localidade mais estruturada e atrativa.

A apresentação esteve a cargo da projetista Jussara Barbosa, da empresa SAPIENS Intermediações, que detalhou as principais intervenções previstas.

O projeto contempla a criação de um calçadão marítimo, interligando diferentes bairros da cidade,

e a instalação de equipamentos urbanos, como miradouros, playground infantis, ciclovias e uma quadra de street basket.

O traçado do calçadão abrangerá toda a extensão da orla, desde o porto de Tarrafal até outras localidades, garantindo maior conectividade e valorização da frente marítima. Este encontro permitiu a partilha de informações detalhadas do projeto e esclarecimentos sobre o seu impacto no ordenamento e desenvolvimento urbano do Tarrafal de São Nicolau.

APRESENTAÇÃO DE “PROPOSTAS DE PROJETOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REDUZIR AS ASSIMETRIAS REGIONAIS”



A Cidade da Praia, recebeu, a apresentação da Chamada Propostas de Projetos para promover o desenvolvimento local e reduzir as assimetrias regionais, no âmbito da implementação do Programa Conjunto Promoção do Desenvolvimento Local em Cabo Verde.

Durante a sua intervenção a Ministra de Estado e da Coesão Territorial, Janine Lélis desafiou aos Presidentes das Câmaras Municipais para apresentarem projetos com impacto transformacional e que possam responder às necessidades prioritárias, da redução da pobreza e da melhoria do índice de coesão territorial.

“Os projetos deverão igualmente estar em sintonia com as estratégias nacionais, nomeadamente a estratégia da descentralização e a estratégia do desenvolvimento regional, bem como com a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, avançou a Ministra.

MINISTRO GILBERTO SILVA REFORÇA IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE SUBVENÇÃO NO FOGO



Na visita realizada pelo Ministro da Agricultura e Ambiente, Gilberto Silva à ilha do Fogo, alertou os agricultores da zona sul da importância dos Programas de Subvenção, que promovem a melhoria da produção agrícola e a gestão dos recursos hídricos, como micro irrigação e culturas protegidas, contribuindo para a modernização do sector agrícola.

Durante a visita, os agricultores aproveitaram a presença do Ministro para expressar suas preocupações com a escassez de água. Em resposta, o Ministro incentivou o uso da rega gota-a-gota como uma solução eficiente para a economia de água, destacando que o Governo de Cabo Verde subvenciona em 50% para implementação dessa tecnologia.

O Ministro reforçou a determinação do Governo na implementação desses programas e incentivos, com o objetivo de proporcionar aos agricultores as condições necessárias para modernizar e melhorar as suas práticas agrícolas.

SECRETÁRIA DE ESTADO LÍDIA LIMA PRESIDIU ABERTURA DO ATELIÊ QUE ASSINALA O DIA INTERNACIONAL DA TOLERÂNCIA ZERO À MULTILAÇÃO GENITAL FEMININA



A Secretária de Estado da Inclusão Social, Lídia Lima, presidiu o Atelier “Dialogar e construir parcerias para a abordagem da MGF em Cabo Verde” promovido pela Alta Autoridade para a Imigração para assinalar o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina.

Esta data é assinalada com objetivo de sensibilizar a sociedade civil para a erradicação desta prática, que fere a saúde física, psicológica e sexual de várias mulheres, raparigas e meninas em diferentes países africanos, do Médio Oriente e da Ásia, bem como em comunidades migrantes na Europa, no continente americano e na Austrália.



DIA DA JUSTIÇA SOCIAL - MINISTÉRIO DA FAMÍLIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL PROMOVE CADASTRO SOCIAL ÚNICO NA COMUNIDADE



No âmbito das comemorações do Dia da Justiça Social, assinalado a 20 de fevereiro, o Governo de Cabo Verde, através do Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (MFIDS), realizou a primeira edição do Cadastro Social Único na Comunidade, em Ponta d'Água.

A iniciativa incluiu uma sessão de esclarecimento sobre o Cadastro Social Único e os Programas Sociais implementados pela Direção-Geral da Inclusão Social, com o objetivo de reforçar a proteção e a inclusão social no país. O evento visa garantir maior acesso aos direitos e benefícios destinados às famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Para o Ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, Fernando Elísio Freire, este dia representa um momento para celebrar os esforços empreendidos para assegurar que as políticas públicas cheguem efetivamente a quem mais precisa.

“A GRANDE VANTAGEM DO PROGRAMA CONJUNTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL É QUE OS MUNICÍPIOS VÃO PODER APRESENTAR PROJETOS QUE VÃO IMPACTAR AS SUAS POPULAÇÕES” – JANINE LÉLIS



Esta afirmação foi feita pela Ministra de Estado e da Coesão Territorial, Janine Lélis durante a segunda reunião do Comité de Pilotagem do Programa Conjunto de 'Promoção do Desenvolvimento Local em Cabo Verde', que decorreu, na Cidade da Praia.

Janine Lélis lembrou que o programa visa reforçar o desenvolvimento local em alinhamento com aquilo que é a estratégia nacional de descentralização e do desenvolvimento regional, contando com o apoio financeiro de Luxemburgo e com a execução das Nações Unidas.

Para cada projeto vai haver um limite mínimo de 5 mil contos e o máximo de 15 mil contos, conforme os critérios estabelecidos para apreciação e valoração dos mesmos, sendo certo, segundo a Ministra que o que se quer é diminuir a pobreza, aumentar a participação democrática e contribuir para o processo de desenvolvimento dos municípios.

MINISTRO DA SAÚDE RECEBEU VISITA DE CORTESIA DA REPRESENTANTE INTERINA DA OMS EM CABO VERDE



O Ministro da Saúde, Jorge Figueiredo, e a Representante Interina da Organização Mundial da Saúde (OMS) em Cabo Verde, Edith Pereira, passaram em revista os meandros da cooperação entre a OMS e o Ministério da Saúde.

O encontro serviu de mote para discutir os projetos e desafios para os próximos tempos, nomeadamente a Estratégia de Cooperação OMS – Cabo Verde 2024-2028, assinada em junho de 2024. Este instrumento define as linhas estratégicas de cooperação e as prioridades para os próximos 5 anos.

A Representante Interina da OMS, Edith Pereira, aproveitou a ocasião para falar com o Ministro sobre a estrutura governativa da OMS e reforçar o compromisso dos organismos que lidera em continuar ao lado do Governo de Cabo Verde no enfrentamento dos grandes desafios que o sector da saúde impõe.

MINISTRO EURICO MONTEIRO REALIZOU VISITA DE CORTESIA À CÂMARA DE COMÉRCIO DE SOTAVENTO



No âmbito do fortalecimento das relações de parceria, o Ministro da Promoção de Investimentos e Fomento Empresarial (MPIFE), Eurico Monteiro, realizou uma visita de cortesia à Câmara de Comércio de Sotavento (CCS), tendo sido recebido pelo Presidente, Marcos Rodrigues, pelos vice-presidentes Marvela Rodrigues e Nuno Pires, e pela Secretária-Geral Adjunta, Francisca Santos, que o felicitaram pela assunção desta importante pasta, augurando sucessos no desempenho das novas funções.

Eurico Monteiro, que se fez acompanhar do Coordenador Nacional do Fomento Empresarial, Adilson Pinto, nesta sua primeira de uma série de visita aos diferentes players que compõem o ecossistema, destacou a importância do estabelecimento de uma relação de proximidade com o tecido empresarial porquanto, desde a primeira hora, este executivo definiu como elemento estruturante da concessão do Estado, “um setor privado forte e competitivo”. “O que nós queremos é otimizar o nosso ambiente de negócios com o único limite que seja o da sustentabilidade financeira, social e ambiental.”, disse o Ministro em declarações à imprensa, no final da visita. Para

MINISTRO EURICO MONTEIRO INICIOU CICLO DE VISITAS ÀS INSTITUIÇÕES DO ECOSISTEMA DA PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E FOMENTO EMPRESARIAL



O Ministro da Promoção de Investimentos e Fomento Empresarial, Eurico Monteiro, iniciou, um ciclo de visitas às instituições que compõem o ecossistema da Promoção de Investimentos e Fomento Empresarial, tendo se revelado “muito satisfeito” com o quadro apresentado por todos os setores por onde passou – Pró-Empresa, Pró-Garante, Pró-Capital, Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), e Fundo de Promoção do Emprego e Formação (FPEF) – apontando para um “sistema funcional e operacional”.

“O sistema está bem concebido, montado e operacional, pelo que o trabalho será apenas de afinar algumas coisas, fazendo aqui e acolá, eventualmente, algumas alterações pontuais para otimizar ainda mais o seu funcionamento”, disse o Ministro, em declarações à imprensa, no final das visitas.



CABO VERDE VAI TER, UM NOVO CÓDIGO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL



O Ministro da Indústria, Comércio e Energia, Alexandre Monteiro presidiu a abertura do Workshop para validação técnica do novo Código de Propriedade Industrial, organizado pelo Instituto da Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual, (IGQPI), em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Para o Governante a validação do novo código, será um passo importante na modernização do quadro legal da Propriedade Industrial, um instrumento essencial para o fortalecimento do nosso sistema de inovação e para a competitividade económica do país.

“Neste momento temos um código em vigor que está a ser implementado, e este novo código está

no Conselho de Ministro para aprovação de autorização legislativa e depois será submetido ao parlamento para desenvolvimento de um decreto legislativo. Este ano, seguramente teremos um novo código de propriedade industrial em Cabo Verde”.

CERCA DE 50% DOS ATENDIMENTOS NO BANCO DE URGÊNCIA DE ADULTOS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO AGOSTINHO NETO NÃO SÃO URGÊNCIAS



O Hospital Dr. Agostinho Neto é uma estrutura extremamente importante para o Sistema Nacional de Saúde. De acordo com o Ministro Jorge Figueiredo “é a infraestrutura mais complexa que nós temos à disposição, dentro do Sistema Nacional de Saúde para a prestação de cuidados especializados e que cobre quase 70% da população de Cabo Verde.”

O governante pôde constatar que em relação ao atendimento no banco de urgência de adultos, cerca de 50% não são urgências, pelo que informou já existir uma rede de centros de saúde que poderão absorver rapidamente, através de um sistema de referência e conta atender cada vez mais

e com maior eficiência estes pacientes para que o Hospital central, possa dedicar aos pacientes mais graves e de maior complexidade, otimizando os recursos quer humanos quer dos equipamentos, em prol dos utentes.

PRIMEIRO MINISTRO PRESIDE CERIMÓNIA DE LANÇAMENTO DO PROJETO “DJUNTA MON NA PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E APOIO ÀS VÍTIMAS”



O Primeiro Ministro, Ulisses Correia e Silva, presidiu à cerimónia de lançamento do projeto “Djunta Mon na Prevenção ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes e Apoio às Vítimas”, destacando a importância da união de esforços para combater o abuso sexual infantil e apoiar as vítimas.

Durante o evento, o Chefe do Governo expressou o seu grande sentido de responsabilidade, tanto como Primeiro Ministro quanto como Padrinho das Aldeias SOS e Embaixador das Crianças. “O trabalho das Aldeias Infantis SOS é fundamental. Há 40 anos, a instituição tem sido um pilar na proteção e no desenvolvimento das nossas crianças, crescendo lado a lado com Cabo Verde”, afirmou.

Ulisses Correia e Silva reconheceu o trabalho contínuo das Aldeias SOS e a forte parceria com o Governo. “Temos trabalhado de perto com as Aldeias SOS, através do ICCA, ICIEG e do

Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, garantindo proteção, reinserção, educação e sensibilização, elementos essenciais para construir um futuro mais seguro para as crianças”, declarou.

MINISTRO GILBERTO SILVA PARTICIPA DA III REUNIÃO DE MINISTROS E AUTORIDADES RESPONSÁVEIS PELA ÁGUA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)



Aconteceu, em São Tomé e Príncipe, a III Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água da CPLP, com a participação de Cabo Verde, representado pelo Ministro da Agricultura e Ambiente, Gilberto Silva. Este encontro foi realizado sob o lema “Juntos, unimos forças para fortalecer a cooperação e garantir um amanhã mais sustentável.”

Na sua intervenção, o Ministro da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde destacou a água como um setor fundamental para o desenvolvimento humano e económico de qualquer país. Salientou que, “apesar das grandes diferenças geoclimáticas e de níveis de desenvolvimento entre os países da CPLP, existem desafios comuns que exigem estratégias conjuntas.”

IV REUNIÃO DO COMITÉ DE PILOTAGEM DO PROGRAMA ÁGUA E SANEAMENTO



No âmbito do Programa Indicativo de Cooperação “Desenvolvimento – Clima- Energia” Cabo Verde – Luxemburgo (2021-2025), foi realizada a IV Reunião do Comité de Pilotagem do Programa Água e Saneamento. O encontro foi copresidido pelo Ministro da Agricultura e Ambiente, Gilberto Silva, e pelo Embaixador do Grão-Ducado do Luxemburgo em Cabo Verde, Jean-Marie Frentz.

O Programa Água e Saneamento, com uma duração de 48 meses, iniciou suas atividades em 15 de fevereiro de 2022, com a assinatura do mandato de execução, baseado nas ações de continuidade definidas no Documento Técnico e Financeiro (DTF) da primeira fase. Este programa integra o novo

Programa Indicativo de Cooperação para o Desenvolvimento – Clima – Energia (PIC-DCE 2021-2025), e tem como objetivo promover ações sustentáveis no setor de água e saneamento em Cabo Verde.